

# Aconteceu

---

# SERINGUEIRO

# ASSASSINADO



Foi em Xapuri, no Acre. Seringueiro era militante do sindicato presidido por Chico Mendes. (Última página)

## **Preso PM que teria matado líder rural**

Soldado da PM foi preso num bordel. Disse que no dia do crime estava de serviço. Testemunha reconheceu policial como o motorista do fusca usado na emboscada a Sebastião Lan. (Pág. 14)

## **Justiça aponta irregularidades em contratos da Funai**

Juiz federal concede liminar e paralisa a retirada de madeira das terras indígenas em Rondônia e Mato Grosso. Contratos assinados pelo Presidente da Funai vigoram desde 1986 e representavam a retirada de centenas de metros cúbicos de madeiras nobres. (Pág.5)

## **Tribunal diz que governo tem que pagar a URP**

O Tribunal Superior do Trabalho (foto) decidiu que o congelamento da URP foi inconstitucional. (Pág.4)



# Congresso aprova readmissão de demitidos por greves

O Congresso constituinte aprovou dia 15, por 406 votos contra apenas 8, com 9 abstenções, a readmissão de aproximadamente 9 mil funcionários de empresas estatais demitidos desde 1979 por terem participado de greves. Não haverá pagamento retroativo para o período da punição. A decisão beneficia principalmente servidores dos Correios dispensados por determinação do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, após terem participado de paralisações em 1985 e 86. O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, não comentou a medida tomada pelos

constituintes, argumentando que ainda não dispunha de dados sobre o ônus para o governo federal.

O plenário concluiu também a votação do artigo que trata da anistia. Enquanto os servidores civis conseguiram sua vitória, o mesmo não ocorreu com os militares. Faltaram votos para aprovar uma emenda apoiada pela liderança do PMDB garantindo aos atingidos por atos administrativos em 1964 o direito de recorrer à Justiça, desde que comprovassem motivação política na cassação. A emenda obteve 213 votos fa-

voráveis e 221 contrários, com 21 abstenções. Permaneceu, na questão da anistia, o texto do Centrão.

O plenário aprovou ainda um acordo de líderes determinando que as Assembleias Legislativas estaduais terão um ano a partir da promulgação da nova Carta para concluir as Constituições estaduais, obedecendo as linhas mestras traçadas pelo Congresso constituinte. Terminando o trabalho das Assembleias, as Câmaras Municipais terão mais seis meses para elaborar as leis orgânicas dos municípios. (Folha SP-16/6/88)

## Começa o lobby para constituinte paulista

As entidades que integram o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte no Estado de São Paulo já estão começando a se reunir para a articulação de um lobby para atuar na Assembleia Legislativa paulista durante a redação da nova Constituição estadual, a ser iniciada 15 dias depois da promulgação da nova Constituição federal e com um prazo de um ano para conclusão de seus trabalhos. A primeira reunião do Plenário paulista foi

realizada em 11 de abril, na Assembleia Legislativa, com a participação de 30 entidades, dos deputados estaduais petistas José Dirceu e Clara Ant, além dos deputados peemedebistas Vanderlei Macris e Tonca Falsetti, sob a coordenação do jurista Dalmo Dalari, diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

A primeira decisão foi a de concentrar os seus esforços na fase inicial

de redação do regimento interno, por considerá-la decisiva para as etapas seguintes. Já estão sendo debatidos três anteprojetos de regimento interno, um do PT, um do PMDB e outro interpartidário. Em suas próximas reuniões, o Plenário deverá debater a apresentação de emendas populares à Constituição estadual, repetindo a fórmula adotada, a nível nacional, junto ao Congresso constituinte. (Folha SP-14/6/88)

Aconteceu  
No. 460 - junho de 1988  
CEDI Centro Ecumênico  
de Documentação  
e Informação  
Rua Cosme Velho, 98 Fundos  
Telefone: 205-5197  
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 963  
Telefone: 825-5544  
01236 - São Paulo - SP



### Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha  
Ary da Costa Pinto  
Carlos Alberto Correia da Cunha  
Carlos Alberto Ricardo  
Heloisa de Souza Martins  
Henrique Pereira Júnior  
Marcus Vinicius Grod Borges  
Neide Esterci  
Sergio Alii  
Vera Maria Massagão Ribeiro  
Xico Teixeira  
Coordenador:  
Jethier Pereira Ramalho

Editor  
Xico Teixeira  
Editora assistente  
Ligia Dutra  
Composição  
Katia Simoes  
Produção Gráfica  
José Truda Jr.  
Lúcia Carrera  
Fotolitos e Impressão  
Tribuna da Imprensa

Assine o Boletim

## Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

**Assinatura anual CZ\$ 400,00**

América Latina US\$60,00 América do Norte US\$85,00 Europa, África e Ásia US\$100,00

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Cep. \_\_\_\_\_ Est. \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação Rua Cosme Velho, 98 Fundos - CEP. 22241 - RJ, ou vale postal para agência dos Correios "Largo Machado", Rio de Janeiro - RJ

# Demissão custará 40% sobre FGTS

A partir da promulgação da nova Constituição, o empregador que demitir um funcionário terá de pagar multa de 40% sobre o valor total recolhido no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Atualmente, a multa é de apenas 10%. A emenda será aplicada até que o Congresso regulamente as regras para a estabilidade no emprego, já aprovadas pela Constituinte.

O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional das Indústrias, surpreendeu-se ao ver seu voto dentre os que aprovaram a emenda. "Isso não foi votado", disse espantando-se com a confirmação da decisão. A proteção temporária aos trabalhadores foi incluída num bloco de nove assuntos diferentes e teve apoio quase unânime do plenário.

Os empresários preferiam que o percentual fosse 20%. "A multa de 40% onera o empresariado e a lei complementar pode demorar muito", reclamou Albano. Mesmo assim, ele prometeu cumprir o que foi aprovado e "tentar apressar" a lei complementar. A distração de Albano foi compartilhada por outros constituintes, que também não notaram a aprovação da elevação da multa por demissão. "Isso foi votado?", perguntou o deputado José Geraldo (PMDB-MG), que votou "sim".

"A cultura do empregador é que o empregado pode ser mandado embora na hora que ele quiser mesmo por motivos fúteis. Com essa multa, o empregador terá um cuidado maior", disse a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). A elevação do percentual é um tipo de indenização ao trabalhador, porque a proposta de estabilidade, aprovada anteriormente, é vaga. Futuramente, os deputados e senadores poderão criar um critério totalmente diferente.

A Constituinte aprovou ainda uma proteção contra dispensa do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas), desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato. A empregada gestante também ficará protegida desde a confirmação de sua gravidez até cinco meses após o parto. Atualmente, a mulher só tem estabilidade durante a licença gestante, podendo ser demitida assim que retornar ao trabalho.

A Constituinte aprovou também um bloco de propostas, contemplando assuntos díspares:

**Quilombos** - O Estado emitirá títulos de propriedade aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando estas terras até hoje.

**Índios** - A partir da promulgação da Constituição, a União demarcará as terras indígenas que não foram ainda delimitadas.

**Contrato de risco** - Apesar de ter proibido a assinatura de novos contratos de risco para a pesquisa de petróleo e seus derivados, a Constituinte ressaltou os contratos firmados pela Petrobrás que estiverem em vigor na data da promulgação da Constituição. Esses contratos terão a validade estabelecida em suas cláusulas.

**Banco** - Alegando que a região Centro-Oeste do país não tem banco para distribuir verbas federais, os constituintes criaram o Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Foram 290 votos contra 64 e 26 abstenções.

**Saúde** - Até que o Congresso aprove a lei de diretrizes orçamentárias que distribuirá verbas da União, 30% do orçamento da seguridade social serão destinados ao setor saúde.

**Pequenas causas** - A constituinte regulamentou a criação de juizados de pequenas causas. Informalmente, um juiz, um promotor ou um advogado tenta conciliar interesses discordantes, dispensando o ingresso formal na justiça. São Paulo e Paraná já adotam esse sistema.

## Fim dos marajás

A Constituinte aplicou um golpe de misericórdia nos marajás, determinando que todo funcionário público que estiver ganhando acima do que permite a Constituição - ou seja, mais do que parlamentar, ministro de estado ou ministro do Supremo Tribunal Federal e deputado estadual, secretário de estado e desembargador - terá seus vencimentos reduzidos imediatamente. Os marajás não poderão sequer invocar na justiça o princípio do direito adquirido - um direito que a pessoa já goza e, portanto, não pode perder. (JB-21/6/88)

## URP: tribunal confirma recusa do decreto

A Petrobrás vai ter que pagar aos funcionários as URPs dos meses de abril e maio. Já a partir deste mês. A decisão foi anunciada dia 20 pelo Tribunal Superior do Trabalho que julgou inconstitucional o Decreto 2.425, que congelou a URP aos funcionários das empresas estatais.

A decisão abre o caminho para que outras estatais entrem na

Justiça já que a estrutura funcional e o padrão delas é o mesmo, no caso, o Governo federal. Caso isso ocorra, o TST julgará cada caso indenpedentemente, mas com o ganho de causa para os funcionários da Petrobrás. Fica estabelecido que o congelamento da URP é inconstitucional também para outras empresas estatais.

O julgamento da URP era pa-

ra ser divulgado na quinta-feira passada, mas teve que ser adiado porque o Ministro José Carlos da Fonseca pediu vistas do processo. No dia 20, perante os Ministros do TST, ele votou pela manutenção do congelamento da URP, mas não conseguiu mudar a opinião dos demais Ministros, que por 10 votos a 3, posicionaram-se contra a consitucionalidade do decreto.

## Reduc paga URP e evita paralisação

O superintendente da Refinaria Duque de Caxias, Luiz César Sampaio Pereira, distribuiu dia 20 uma nota entre os funcionários, garantindo o pagamento das diferenças salariais referentes às URPs de abril e maio a partir do dia 21. A medida é em cumprimento ao despacho do Juiz presidente da pri-

meira Junta de Conciliação e Julgamento, de Duque de Caxias, que indeferiu o recurso interposto pela companhia, mantendo a decisão de o pagamento ser feito aos trabalhadores.

Além disso, Sampaio garantiu que o pagamento deste mês foi processado com a aplicação da

URP sobre os salários de março passado.

Diante da garantia da direção da Refinaria Duque de Caxias de pagar as URPs a seus funcionários, em assembléia realizada à noite, descartou a possibilidade da deflagração de uma greve de advertência. (O Dia-21/6/88)

## Governo ameaça com impostos e demissão

O governo terá um gasto adicional de CZ\$ 276 bilhões com a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de considerar inconstitucional o congelamento por dois meses do pagamento da Unidade de Referência de Precos (URP) para os funcionários de empresas estatais. Isso represen-

ta 0,37% do Produto Interno Bruto (PIB) e um aumento de 78,7% do déficit programado para as empresas estatais este ano.

O titular da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest), Júlio Colombi, informou ao Jornal do Brasil que a nova

meta de déficit será de 0,84% do PIB e não 0,47% como estava programado. Para compensar este aumento, o governo terá de gerar mais receitas através do aumento de tarifas e preços públicos e cortar gastos de pessoal e até de investimentos, disse Colombi. (JB-16/6/88)

## Médicos de Rondônia em greve

Os mais de 4 mil funcionários, entre médicos, paramédicos, técnicos e pessoal administrativo, da rede pública de saúde de Rondônia estão em greve por um reajuste salarial de 186% e melhores condições de trabalho. O movimento, que no dia 16 completou seis dias de greve, ganhou a adesão dos servidores burocráticos da Secretaria Estadual de Saúde, que amanheceu com as portas fechadas.

Embora aprovado em novembro do ano passado pela Assembléia Legislativa, o plano de cargos e salários da área de Saúde ainda não foi efetivado. Por isso, os servidores dessa área são os únicos que não tiveram reajuste este ano. O governador Jerônimo Santana (PMDB) sancionou o plano mas este ainda não foi publicado no Diário Oficial porque contém incorreções sobre o enquadramento funcional. A cate-

goria reivindica a imediata publicação, o que, estatutariamente, viabilizaria a concessão do aumento salarial, para posterior correção.

Apenas os casos de emergência estão sendo atendidos. Pessoas que necessitam de atendimento mais complexo estão sendo encaminhadas pelo comando da greve ao governo para envio dos pacientes a outros estados. (JB-16/6/88)

## Suspensão contrato da Funai com madeiras

Chegou ao fim o primeiro e mais decisivo round da luta dos índios contra as madeiras que devastam suas reservas, sob a proteção de contratos firmados pela própria Fundação Nacional do Índio (Funai), a partir da gestão do atual presidente, Romero Jucá Filho. A denúncia desses contratos, envolvendo, inclusive, casos de corrupção, foi feita pela revista *Senhor* (n.344) em outubro de 87, e despertou a atenção da Procuradoria Geral da República, que solicitou inquérito sobre os fatos noticiados à Polícia Federal. Acompanhando as investigações, a Procuradoria obteve subsídios para propor duas ações cíveis públicas contra a Funai e seus contratos, em Mato Grosso e Rondônia. Agora, o juiz federal Odilon de Oliveira concedeu liminar ao Ministério Público nos dois processos, suspendendo os contratos e paralisando toda a retirada de madeira das áreas indígenas. Qualquer ação extrativa configurará crime de desobediência.

Os 13 contratos agora suspensos representavam a retirada de 211.580 metros cúbicos de essências nobres de reservas indígenas, incluindo mogno, cerejeira, cedro e ipê, e mais duas mil árvores não discriminadas. Os contratos foram assinados por Jucá a partir de setembro de 86 (ele assumiu em maio do mesmo ano) até outubro de 87, quando a denúncia veio a público, e atingiam quatro áreas indígenas do Mato Grosso e nove de Rondônia. A fiscalização será feita por agentes do IBDF.

Tanto o procurador de Mato Grosso, Moacir Mendes Sousa, quanto o de Rondônia, Antônio Carlos Pessoa Lins, pedem, na ação, a anulação definitiva dos contratos e o pagamento de indenização aos índios. Para tanto,

argumentaram uma série de irregularidades nos contratos, entre elas: ausência de autorização legal (que o juiz, aliás, frisou não ser de competência do presidente da Funai mas do presidente da República), inexistência de licitação, de prévia avaliação das madeiras indígenas e dos bens prometidos em contrapartida, de plano de manejo sustentável, de inventário florestal, de cadastramento das madeiras no IBDF e ausência de participação ou consentimento das comunidades indígenas. Além disso, o juiz apoiou os procuradores em suas fundadas suspeitas de desequilíbrio entre o valor das madeiras e os bens e serviços contratados como contrapartida.

Segundo o juiz Odilon da Silveira, o julgamento da ação, se contrário à Funai, que pretende contestá-la após citação, poderá implicar a responsabilização civil de Jucá. O presidente da Funai, que chegou a publicar matérias pagas na imprensa fazendo a defesa pública dos processos, parece estar adotando outra estratégia. Não se fala mais em contratos de madeiras na Funai. (Cynthia Peter, *Senhor*, n.377, pgs. 31 e 32)

### Publicação tardia

Somente após quarenta dias da data da sua assinatura, o presidente da Funai enviou para publicação no Diário Oficial da União (14.06.88) a polêmica portaria n. 520 (de quatro de maio) que cria os chamados "critérios de aculturação". A gestão do Sr. Romero Jucá Filho à frente da FUNAI tem sido marcada por truques antidemocráticos como este, entre tantos outros.

## Kapinawa condenados a 56 anos de prisão

Acusados das mortes dos agricultores Luiz José Siqueira e Josué Albuquerque, crimes ocorridos durante um confronto armado entre um grupo de índios e pistoleiros, em fevereiro de 1982, no povoado de Cacimbal, no Agreste Meridional de Pernambuco, três índios, entre eles o cacique Antônio Monteiro, da Aldeia Kapinawa, foram condenados a penas que somam 56 anos de prisão.

Os índios foram julgados por um júri popular da Comarca de Buique, a 300 quilômetros do Recife, que os condenou por quatro votos a três.

No julgamento, que durou 12 horas, o juiz Severia-

no Coutinho da Silva deveria ter julgado cinco índios envolvidos no conflito, mas dois deles estão foragidos. O cacique Antônio José Monteiro foi condenado a 21 anos, o índio Lourival José Mariano pegou 19 anos e seu colega Lindalvo Bernardino da Silva, único com dois processos anteriores e já preso cumprindo pena, pegou 18 anos.

Os advogados João Ferreira Neto e Moacir Ribeiro Lira Filho, da Funai, recorreram e admitem pedir a anulação do julgamento porque há informação que um dos jurados era parente de um fazendeiro da região que tinha interesse na condenação dos índios. (O Liberal-01/06/88)

## CPI estadual visita aldeias Krahô

Deputados estaduais de Goiás, acompanhados de jornalistas, visitaram as aldeias Krahô de Pedra Branca e Manoel Alves Pequeno, no município de Gojatins, como parte dos trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para avaliar a situação dos índios no Estado.

Na avaliação do presidente da CPI, deputado Car-

los Rosenberg e do relator, deputado Antônio Carlos Moura, a desigualdade no atendimento aos Krahô, por parte da FUNAI é a causa principal das divergências entre os próprios índios. Depois de ouvir cerca de 70 depoimentos, entre índios e funcionários da FUNAI, os membros da CPI puderam constatar falta de alimentos, material escolar, medicamentos e transporte nas aldeias. (O Popular-03/06/88)

## D. Aloísio ameaçado por defender grevistas e índios no Ceará

A CNBB denunciou, em Brasília, que o cardeal-arcebispo de Fortaleza, dom Aluisio Lorscheider, está sofrendo represálias por ter-se pronunciado em favor dos operários da indústria têxtil Finobrasa, de Fortaleza, que estavam em greve, e dos índios tapeba, cujas terras estão sendo invadidas por políticos. A Regional Nordeste-1 da CNBB comunicou à presidência da entidade que o cardeal vem recebendo insistentes telefonemas anônimos de ameaça, os cães de guarda da sua residência foram mortos e até uma bomba já explodiu no jardim.

O bispo, segundo a CNBB, só

escapou de um atentado, no dia 29 de maio, por ter viajado naquela noite para o Sul do País. Durante a madrugada, a residência do arcebispo foi invadida por dois homens, que renderam o vigia e forçaram a janela do quarto do cardeal. Segundo a CNBB, dom Aluisio já recebeu 3.283 cartões de solidariedade da Suíça e da Alemanha, com os dizeres: "Estamos perplexos em vista dos atentados à vida de vossa eminência, bem como a vida de inúmeros outros religiosos e pobres, especialmente do Araguaia, Espírito Santo e Minas Gerais."

(O Estado de SP-17/6/88)

## Pastoral indígena realiza encontro em agosto

O I Encontro Episcopal de Pastoral Indígena da Amazônia será realizado de 23 a 27 de agosto, em Bogotá, Colômbia. A situação dos povos indígenas que vivem na região amazônica, sob a ótica da evangelização, é o objetivo do Encontro, que nasceu de uma reunião entre os bispos de Puerto Ayacu-

cho, na Venezuela, d. Miguel Alagna, de São Gabriel da Cachoeira (AM), e d. Aldo Mongiano, de Boa Vista (RR). O Encontro está sendo organizado pelo Departamento de Missões (Demis) do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). (Agen-9/6/88)

## CMI promove consulta sobre meio ambiente

O setor Igreja e Sociedade do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) promove dia 26 de junho a 2 de julho, em São Paulo, a Consulta Internacional "Deus, Humanidade e Natureza: uma Comunidade". O objetivo da Consulta, segundo seus organizadores é "produzir a informação e o diálogo sobre a ação humana no meio am-

biente, compreender as dimensões da crise contemporânea e refletir sobre a perspectiva de sua superação por meio do estímulo ao desenvolvimento dos projetos existentes nas Igrejas, de cooperação intereclesial e do encontro entre as Igrejas e os movimentos organizados da sociedade" (Agen-9/6/88)

## Dom Paulo e Jaime Wright recebem título "Honoris Causa" nos EUA

O cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, e o pastor da Igreja Presbiteriana Unida (IPU), reverendo Jaime Wright, receberam, no dia 7 de setembro, o título de doutorado "honoris causa" da Universidade de Dubuque, estado de Ioha, nos Estados Unidos, em razão de seu trabalho no Projeto Brasil Nunca Mais, promovido pela Arquidiocese de São Paulo. O Conselho Diretor da Universidade de Dubuque, ligada à Igreja Presbiteriana norte-americana, decidiu conceder o título a d. Paulo e ao pastor Jaime Wright para marcar o exemplo do que pode ser feito a nível ecumênico. Jaime Wright é atualmente secretário-geral da IPU.

A universidade de Dubuque foi a primeira instituição protestante nos EUA a abrigar um Instituto de Teologia dirigido por padres dominicanos, com autorização do Vaticano. O Instituto funciona no próprio campus universitário.

## Brasil nunca mais

Os órgãos colegiados da Universidade decidiram conceder o título aos religiosos brasileiros a partir de artigo sobre o Projeto Brasil Nunca Mais, publicado em duas partes na "The New Yorker Magazine". Cópias do artigo e exemplares da edição em inglês do livro "Brasil Nunca Mais" ("Torture in Brazil") foram distribuídos aos membros dos colegiados.

O livro "Brasil Nunca Mais", lançado pela Editora Vozes, está em sua vigésima primeira edição, o que significa 220 mil exemplares vendidos. Nos EUA, "Torture in Brazil" foi editado pela Random House, uma das maiores editoras norte-americanas. Recentemente, a Vozes lançou o "Perfil dos Atingidos", correspondente ao Tomo 3 do Projeto A de Brasil Nunca Mais, que inclui uma radiografia dos setores sociais atingidos pela repressão, como as mais de 40 organizações de esquerda. (Agen-9/6/88)

# Comandante do Exército derruba presidente do Haiti

O general Henry Namphy, comandante-em-chefe do Exército do Haiti, atacou dia 20 o palácio presidencial em Port-au-Prince, capital do país, destituindo o presidente Leslie Manigat, empossado há quatro meses, e se proclamando o novo dirigente haitiano. O golpe de Estado começou a ser preparado às 20h30 de domingo (22H30 em Brasília), com soldados tomando posições em torno da sede do governo, em seguida a um blecauté que durou cerca de dez minutos. Às 1h20 locais, Namphy discursou em rede nacional de televisão, dizendo que o "Exército esta nas mãos do povo".

Associated Press



O general Henri Namphy fala na TV depois de invadir o palácio presidencial

O golpe de Estado ocorreu dois dias depois que Manigat ordenou a destituição de Namphy do comando do Exército, em represália à transferência ordenada pelo general do

coronel Jean-Claude Paul, chefe militar mais leal ao presidente. Paul esta sendo processado por um tribunal de Miami (EUA) por tráfico de drogas. (Folha de SP-21/6/88)

## Contras recusam volta de diálogo pelo cessar fogo

Os rebeldes da Resistência Nicaraguense (RN) rejeitaram dia 20 uma proposta do governo sandinista para que fossem retomadas as negociações de paz. Os rebeldes disseram que não aceitam a proposta sandinista porque ela está

vinculada à possibilidade de os EUA restabelecerem a ajuda militar aos "contras".

"Cada vez que os EUA falam em ajuda militar, eles (os sandinistas) falam em negociações", disse o dirigente da RN, Roberto Ferrey,

em entrevista telefônica.

O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, propôs aos "contras" uma quinta rodada de negociações antes de terminar o cessar-fogo que expira em fins de junho. (Folha SP-21/6/88)

## Greve lembra massacre de Soweto

Milhões de negros sul-africanos atenderam dia 17 à convocação de organizações anti-apartheid, não comparecendo ao trabalho e participando de manifestações evocativas do massacre de Soweto, ocorrido há 12 anos, durante o qual foram registrada cerca de 600 mortes. Durante a paralisação, que atingiu todo o país, houve diversos incidentes, o mais grave dos quais na Cidade do Cabo, onde um homem morreu em consequência da explosão

de uma bomba que ele mesmo transportava.

Durante a madrugada tinham sido lançados coquetéis molotov contra ônibus urbanos da Cidade do Cabo, de Durban e Porto Elizabeth, resultando daí ferimentos em três pessoas. E a explosão de uma bomba na linha de transmissão de energia de Durban a Kwamashu deixou esta cidade sem eletricidade por várias horas e paralisou o tráfego ferro-

viário.

Em Soweto, a cidade negra de mais de dois milhões de habitantes localizada nas imediações de Johannesburgo, a Polícia lançou bombas de gás lacrimogêneo para dispersar uma concentração em frente a uma igreja. Durante todo o dia, milhares de pessoas visitaram o túmulo da primeira vítima do massacre de 16 de junho de 1976, o menino Hector Petersen, de 13 anos. (O Globo-17 6 88)

# Acontecendo

## Reação quatroanista

O deputado Aécio Neves (PMDB-MG), que passou a ser chamado de "Aecinco" depois de ter votado nos cinco anos para Sarney, cruzou nos corredores do Congresso, com a vereadora Lélia Inês (PDT), de Uberaba (MG).

"Oi, Lélia", cumprimentou Aécio.

"Oi, nada, seu safado cincoanista. Você ainda vai chorar de arrependimento em cima do túmulo de seu avô", respondeu a vereadora. (Painel FSP-16/06/88)

## Volta

Comentário ouvido dia 15 no Tribunal Superior do Trabalho, após a decisão que julga inconstitucional o congelamento da URP para os funcionários da Petrobrás:

"Agora o Mailson volta a fumar..." (Painel FSP-16/06/88)

## Farpa

O empresário Paulo Maluf, que está saindo de muda, tem uma definição mordaz para a curiosa ambição política do professor Franco Montoro, capaz de se anunciar disposto a entrar na campanha pela prefeitura de São Paulo em plena rota de sua eterna candidatura à presidência da República.

Ataca Maluf:

- Isso é como alguém sair de casa para comer caviar, passar pelo botequim da esquina e traçar um sanduíche de mortadela. (Informe JB-17/06/88)

## Censurado

O ex-ministro Ibrahim Abi-Ackel foi abordado por um repórter durante o encontro de 20 ex-parlamentares do velho PSD, que se reuniram em Pará de Minas, a 80 quilômetros da capital mineira, para divulgar um manifesto contra a criação do estado do Triângulo.

- Ministro, em que pé está o caso das pedras preciosas?

A resposta de Abi-Ackel é impublicável.

Com toda a razão, diga-se de passagem. (Informe JB-21/6/88)

## Guerra petista

O deputado estadual paulista Ivan Valente (PT) não gostou da declaração de seu colega, Paulo Delgado (PT-MG), para quem a escolha de Luíza Erundina para candidata a prefeita de São Paulo "é o leninismo paulista: um passo a frente, dois atrás".

"Se o Delgado leu Lenin, não entendeu. Para avançar é preciso recuar do eleitoralismo barato e das saídas demagógicas", diz Valente. (Painel FSP-16/06/88)

## Lavando as mãos

O embaixador Paulo Nogueira Batista resolveu dia 15 abrir mão do pátrio poder do desastrado acordo nuclear com a Alemanha - uma aventura que custou aos país cerca de 10 bilhões de dólares.

Em entrevista ao Jornal de Brasília, ele disse que o acordo foi feito para "atender à imposição do Banco Central que precisava de dinheiro novo para atender ao fechamento do balanço de pagamentos".

Ele transfere a paternidade irresponsável para o presidente do BC na época, Paulo Lyra. (Informe JB-16/06/88)

## Crime e castigo

O destino tem sido cruel com os reféns de assaltos no Brasil que se tornaram famosos.

A Irmã Letícia teve sua vida exposta aos olhos do público depois que se ofereceu como refém no assalto ao Banco do Brasil de Goiô-Erê, no Paraná - o que levou a percorrer em poucos dias toda a ladeira que desce da condição de heroína e vítima para a de suspeita.

O repórter da TV Globo Francisco José, refém de um assalto ao Banco Econômico em Recife, não ficou atrás.

O diretor de Jornalismo da Globo, Armando Nogueira, declarou em entrevista a Playboy de março o desagrado com a atitude de Francisco José, que foi sorrateiramente afastado da cobertura de assaltos ou motins. (Informe JB-16/06/88)

## Pih lamenta

O empresário Laurence Pih (Moinho Pacífico), ligado ao PT, lamentou a escolha de Luíza Erundina para candidata do partido a prefeita de São Paulo.

Ele acha que com Plínio de Arruda Sampaio o PT teria chances de chegar ao segundo turno. (Painel FSP-16/06/88)

## Pró-menor

O secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, vai utilizar mão-de-obra dos meninos e meninas internos da Feem.

O trabalho será remunerado e os menores atuarão como office-boys, datilógrafos e em outros serviços internos. (Informe JB-16/06/88)

## Recado de Sarney

Sarney espera que o recado implícito na punição ao brigadeiro Camarinha seja assimilado pelos demais ministros.

A autocritica deve existir sempre, mas limitada as quatro paredes do governo.

Quem insistir em lavar roupa suja em público vai para casa mais cedo. (Painel FSP-18/06/88)

## Comunicação

O ministro Leônidas Pires Gonçalves recebeu o telefonema do presidente Sarney, sobre a demissão de Camarinha, quando se preparava para um encontro com militares chineses, em Pequim, onde foi oferecer canhões brasileiros.

Foi vender canhões convencionais e acabou recebendo um autêntico "exocet" via satélite. (Painel FSP-18/06/88)

## Analogia

A situação de Leônidas deve ter sido bastante incômoda.

Além de distante dos acontecimentos, ele estava em situação muito semelhante a do então vice-presidente João Goulart, que também se encontrava em Pequim, em 1961, quando recebeu a notícia da renúncia de Jânio. (Painel FSP-18/06/88)

## Falta de memória

O PMDB de São Paulo esta utilizando imagens dos comícios das diretas para fazer propaganda na televisão.

E faz isso menos de um mês depois de ter ajudado a derrotar a proposta de eleição direta para presidente ainda este ano. (Painel FSP-21/6/88)

## Toque de Silêncio

O presidente José Sarney não gostou nem um pouco da entrevista que o presidente da Petrobrás, Ozires Silva, deu ao jornal Folha de São Paulo, com críticas ao congelamento da URP.

A demissão do brigadeiro Paulo Roberto Camarinha mostra que o mar não está para peixes falantes. (Informe JB-21/6/88)

## Preocupação

A entrevista de Camarinha à EBN teve um lance curioso.

"Vocês não acham que isso ficou muito forte? Vocês não têm medo de perder o emprego?", indagou o brigadeiro a seus três entrevistadores.

"Não se preocupe, ministro, o Sr. está em casa", observou um deles. (Painel FSP-18/06/88)

## À distância

O ministro Ronaldo Costa Couto ligou dia 17 para Roma, à procura do presidente da EBN, Getúlio Bittencourt, para conversar sobre a entrevista fatídica do brigadeiro Camarinha.

Encontrou Getúlio em Paris.

A demissão foi pelo telefone. (Painel FSP-18/06/88)

## Terror

De um conhecido empresário carioca, depois de ter acesso ao rascunho da revisão orçamentária, que o ministro João Batista de Abreu deverá entregar ao presidente José Sarney, dentro da política de cortes dos gastos públicos:

- A revisão está mais para filme de terror do que de efeitos especiais. (Informe JB-17/06/88)

## Pastor recebe ameaça de morte na Bahia

O reverendo José Moreira Cardoso, pastor da Igreja Presbiteriana Unida (IPU) na Bahia, está recebendo ameaças de morte de grileiros na região de Bom Jesus da Lapa, no Vale do São Francisco. A direção da IPU enviou telegrama ao governador Waldir Pires e a vários parlamentares evangélicos, como os deputados Lysâneas Maciel (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ) e Celso Dourado (PMDB-BA), denunciando as ameaças e pedindo garantias à vida do pastor José Moreira Cardoso.

Segundo o pastor Cardoso, tudo começou com a invasão, por parte de grileiros, em 1974, de uma área de 3 mil hectares de propriedade da IPU, que seria utilizada com fins sociais, no Sítio do Mato, município de Bom Jesus da Lapa. Do total, 1.600 ha já haviam sido divididos, para cerca de 40 famílias de lavradores. De acordo com o religioso, a invasão foi comandada por José Carlos de Melo Lisboa, Amâncio José Periera e Antônio Guerra Lima.

Haviam se passado sete anos e, em 1981 - prossegue o pastor José Moreira Cardoso -, com a transferência do juiz local, os grileiros conseguiram com políticos que o novo juiz acatasse liminar dos invasores, reabrindo o processo. Apesar da decisão anterior favorável à IPU, em todas as instâncias judiciais, a terra foi devolvida aos grileiros que, em 1983,

expulsaram 91 famílias de lavradores que haviam ocupado a área. A IPU impetrou recurso e, como a justiça demorasse a se pronunciar, as famílias resolveram ocupar a área em 1987.

Neste meio tempo, de acordo com o pastor Cardoso, parte da área em litígio foi vendida ao Grupo Aliança, ligado ao Banco Econômico da Bahia. No início de maio, vários homens armados expulsaram as famílias de lavradores. Cardoso diz que há algum tempo vem recebendo ameaças de morte, assim como o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa, Argemiro Martins dos Anjos.

Na terceira semana de maio, o Conselho Coordenador da IPU deliberou apelar ao governador Waldir Pires e a parlamentares evangélicos, no sentido de que sejam reconhecidos os direitos das famílias de lavradores, e de garantias à vida dos ameaçados de morte. Em telegrama datado de 28 de maio, remetidos à direção da IPU, o governador Waldir Pires afirma ter solicitado, dos órgãos competentes, "imediatas providências" no sentido de garantir a vida do religioso, e de "apurar as denúncias em sua totalidade", apesar de ter nomeado um dos antigos grileiros, Antônio Guerra Lima, como Procurador Geral do Estado. (Agen-9/6/88)

## Padre pede licença a Bispo para se lançar candidato em Caxias do Sul

O padre gaúcho Roque Grazziotin, pároco da Igreja dos Santos Apóstolos, na periferia de Caxias do Sul, encaminhou ao bispo da diocese, D. Paulo Moretto, comunicado de licenciamento das suas funções pastorais e eclesiais para concorrer à prefeitura local, numa frente integrada pelo PT, PCB, PC do B e

possivelmente PSB. Durante a campanha eleitoral, ele não poderá officiar missas, nem realizar casamentos, batizados ou receber confissões.

Há cerca de um mês após reunião dos bispos do Rio Grande do Sul, foi expedido documento proibindo os padres de disputar cargos eletivos, justificando que o clero

deve manter uma postura atemporal diante da política partidária. Diante disto, o padre Roque Grazziotin decidiu abandonar temporariamente o hábito e concorrer: "Acho que tenho uma importante missão a cumprir em defesa dos pobres de Caxias do Sul", afirmou. (JB-17/6/88)

## Inflação em julho já atinge 19,3%

A inflação de junho já está em 19,3%, contadas apenas três semanas de coleta de preços no Rio e em São Paulo. O índice foi

puxado pelo aumento das passagens de ônibus e das roupas de inverno e poderá cair ou subir um pouco, conforme o comporta-

mento dos preços na quarta semana e nas demais oito capitais que compõem a média nacional. (JB-17/6/88)

## Funcionários do Banco Central recebem adicionais por hora extra

Cerca de dois mil funcionários comissionados do Banco Central começaram a receber, sexta-feira última, um adicional de salário relativo a duas horas extras diárias, retroativo a outubro de 1986. O adicional é resultado de uma

ação trabalhista decidida pela Justiça do Trabalho de São Paulo, concedendo aos funcionários do BC no Estado o direito de, mesmo comissionados, receber as horas extras que realizavam na prática. A sentença favorável aos funcionários

foi dada há três meses e na semana passada a diretoria do banco decidiu não recorrer da decisão mas estender o benefício a todos os comissionados do banco. (FSP-16/6/88)

## Mutuários deixam de pagar prestações

A alta dos índices de inflação, acompanhada pela defasagem salarial, está levando os mutuários a atrasarem os pagamentos da prestação da casa própria adquirida pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Segundo

a Caixa Econômica Federal, o número de inadimplentes cresceu e hoje, em média, é de 13% do total de contratos existentes em todo o País, quando a média normal é de 2% conforme a CEF. O Estado do Rio tem o terceiro

maior número de inadimplentes na faixa de financiamento de imóveis novos, usados e de construção pelo sistema isolado; é o quinto maior na faixa de habitações populares. (O Globo-17/6/88)

## Denúncias marcam eleição na Rocinha

Menos de 1% dos cerca de 130 mil moradores da favela da Rocinha, em São Conrado (zona sul do Rio), votaram na eleição que escolheu no dia 19 Genaro Xavier do Rosário como novo presidente da União Pró-Melhoramentos da Rocinha, que obteve 510 dos 1.234 votos. A campanha e a votação foram marcadas por denúncias de fraudes e boicote entre os quatro candidatos, já na sexta-feira, o ex-presidente da entidade, Ismael Elias da Silva, 72, entrou na décima sétima Vara Cível com ação pedindo a impugnação da eleição.

Ismael deverá entrar com mais duas ações judiciais, uma delas acusando Genaro e a comissão eleitoral de "falsidade ideológica" por terem se recusa-

do a acatar a decisão da assembléia de sexta-feira, quando cerca de 200 moradores e representantes de entidades comunitárias decidiram cancelar o pleito e marcar uma nova assembléia para 3 de julho, quando outra data seria definida para a eleição.

"A votação foi toda irregular. Qualquer pessoa podia votar, desde que apresentasse qualquer identidade. Metade das pessoas que votaram no Genaro não eram da favela", disse o candidato Antônio Trajano Sobrinho, 72, ligado ao PMDB, que obteve 80 votos - impugnados porque decidiu retirar a candidatura na manhã da votação. Genaro disse que Trajano liderou uma tentativa de boicote, informando a popu-

lação que a eleição fora adiada, porque sabia que perderia.

### "Invasão social"

Duas semanas depois de iniciada pelo governo estadual a "invasão social" na Rocinha se resumiu a remoção do lixo das ruas Um e Quatro e instalação de postos para atendimento comunitário. O canteiro de obras ainda não foi totalmente instalado, num terreno ao lado da auto-estrada Lagoa-Barra, e nem mesmo uma forma de contato eficaz com a comunidade foi estabelecida para que se defina onde serão aplicados os Cz\$ 1 bilhão prometidos pelo coordenador de Desenvolvimento Social do governo, Nelson Moreira Franco, 38. (Folha SP-21/6/88)

# Cartilha da prefeitura ensina a ocupar terreno em Fortaleza



Publicação conta história de três pessoas que não têm casa e prega o socialismo

A prefeitura de Fortaleza lançou recentemente a cartilha Habitação: um Problema... uma Luta, na qual relata casos de invasão de terrenos desocupados. Cita o exemplo de três personagens - seu José, dona Maria e seu Raimundo - que, não tendo casa para morar, resolveram ocupar um terreno. Esta publicação apenas induz os que não têm casa a invadirem terrenos, sem incitá-los diretamente a ação, como a cartilha que sugere aos usuários de ônibus que quebrem os veículos, como forma de protesto contra ineficiência do serviço de transportes coletivos. Conta, porém, como seu José, dona Maria e seu Raimundo enfrentam a polícia, chamada para expulsá-los pelo dono da área que ocuparam:

"Apesar disso (derrubada dos barracos, espancamentos, prisões e expulsão), os ocupantes resistiram e retornaram ao terreno na noite seguinte e, organizando-se, realizaram reuniões, onde tiraram comissões para saber de seus direitos e ir aos órgãos públicos enca-

O que fazer para que todos tenham os mesmos direitos?

Só tem uma saída: o povo tomar consciência da realidade, se organizar e lutar para a transformação desta sociedade desigual para uma sociedade justa, participativa e igualitária, ou seja, SOCIEDADE SOCIALISTA.



A serviço de quem está a polícia?

minhar suas reivindicações. Foram informados de que, para fins sociais, aquela área poderia ser desapropriada... E eles continuaram lutando para não sair de lá. Assim como dona Maria, muitas pessoas ultimamente ocuparam terrenos públicos e particulares, para resolver seu problema de moradia".

Na quarta capa da cartilha, de 12 páginas, coerente com as posições da prefeita Maria Luíza Fontenelle, que recentemente saiu do PT e foi para o PSB, dá a receita para a solução dos problemas sociais:

"O que fazer para que todos tenham os mesmos direitos? Só existe uma saída: o povo tomar consciência da realidade, organizar-se e lutar para a transformação dessa sociedade desigual em uma sociedade justa, participativa e igualitária, ou seja, sociedade socialista".

Nos próximos dias, será distribuída uma nova cartilha, em impressão na gráfica Tipoprogresso, que trata do meio ambiente e da especulação imobiliária. (JB-10/6/88)

## Greve de professores pára trânsito no Rio

No dia 17, tropas da Polícia Militar bloquearam no Rio, a rua Pinheiro Machado, isolando o Palácio Guanabara, para impedir que os professores da rede estadual, em greve, fizessem manifestação de protesto exigindo melhores salários.

O bloqueio para impedir o avanço dos manifestantes interditou várias ruas próximas à sede do palácio causando congestionamento que durante quatro horas parou o trânsito nos bairros de Laranjeiras, Catete, Flamengo,

Glória, Cosme Velho e parte de Botafogo. Temendo problemas, o comércio fechou as portas, mas o confronto entre grevistas e a polícia se limitou à troca de empurrões e de xingamentos.

Os líderes da greve dos professores ficaram surpresos com o aparato policial que bloqueou as ruas em torno do palácio, impedindo até mesmo o acesso de moradores.

Os professores da rede estadual reivindicam um reajuste salarial de 170% para compensar as

perdas sofridas principalmente com os cortes do gatilho.

### Município volta

Na área municipal, os servidores decidiram suspender a greve iniciada também no dia 14, e voltar a negociar com o prefeito Saturnino Braga, pedindo o reajuste prometido para o mês de maio e que ainda não foi concedido. (O Estado de SP-18/6/88)

## Protesto reúne 700 pessoas em Niterói

Cerca de 700 pessoas fizeram uma passeata pelas ruas de Niterói, saindo do Centro do Fonseca e de Icaraí. Pais, professores e alunos protestaram contra o que eles consideram baixos salários da categoria: um professor de nível

1 ganha, atualmente, CZ\$ 21 mil.

Os manifestantes começaram a passeata às 9h e fizeram um comício relâmpago na Praça Araribóia, às 11h. Depois, saíram pela Rua da Conceição até o Núcleo

de Educação Comunitária, onde convocaram seus colegas a participar do movimento. A paralisação atingiu cem por cento das 67 escolas de Niterói e 88 por cento das de São Gonçalo. (O Globo-17/6/88)

## Lojas terão que trocar mercadoria

O consumidor do Estado do Rio de Janeiro poderá trocar, no próprio estabelecimento em que fez a compra, os produtos que apresentem defeitos em 10 dias após a compra e custem até 100 Uferjs (CZ\$ 223 mil). A loja terá que fazer a troca em até 72 horas ou então devolver o dinheiro. Os produtos acima deste valor terão que ser consertados pela loja revendedora. Isto é o que determina a Lei 491/88, aprovada dia 16 pela Assembléia Legislativa do Rio de autoria do Deputado Estadual Milton Temer (PSB). O Governador Moreira Franco tem 15 dias para sancioná-la.

O objetivo da Lei, segundo o Deputado Milton Temer, é fazer com que os revendedores e representantes atuem como fiscais de qualidade. Temer acredita que a medida forçará os empresários paulistas ou de outros Estados, que abastecem o mercado fluminense, a exercer uma fiscalização ainda maior sobre a qualidade de sua mercadorias.

- As estatísticas comprovam que cerca de 30% dos produtos novos são entregues com defeito. Agora, as lojas não poderão mais alegar que o problema é da autorizada - justificou.

(O Globo-17/06/88)

## Rio proíbe "spray" que destrói ozônio

A Assembléia Legislativa do Rio aprovou dois projetos-de-lei que, caso aprovados pelo governador, trarão consequências benéficas ao meio ambiente, pois proíbem o uso de aerossóis com clorofluorcarboneto (CFC), responsável pela destruição da camada de ozônio da atmosfera. Os vazios deixados pelo gás - buracos de ozônio - deixam de filtrar os raios ul-

travioletas, favorecendo o surgimento de câncer de pele.

Depois da votação do projeto do deputado Carlos Correia (PDT), foi aprovado o de Carlos Minc (PV), o qual, mais abrangente, obriga empresas fluminenses a informar a Fema sobre o processo de substituição do CFC nos seus produtos. (JB-10/6/88)

## Soldado da PM é preso por ajudar a matar sindicalista

O soldado PM Di Stefano Ananias de Jesus, 28 anos, lotado no oitavo Batalhão (Campos), é um dos autores do assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, morto com quatro tiros no último dia 6, próximo a Fazenda Campos Novos, em Búzios. Ele foi reconhecido dia 20 na trigésima quarta Delegacia Policial (Búzios) pelo gari Carlos Francisco, uma das 3 testemunhas do crime. Segundo Carlos, Di Stefano era o homem que dirigia o Volks de cor branca usado no transporte do matador.

Di Stefano negou sua participação no crime, e disse que no dia da morte de Sebastião Lan estava de serviço no Presídio Norte do Estado, em Campos, onde trabalha na segurança externa. O delegado Hélio

Luz, que investiga o homicídio, tem informações de que o PM foi visto mais de uma vez dirigindo um Volks branco, na Região dos Lagos, e que ele teria recebido CZ\$ 50 mil para dirigir o carro utilizado no crime. Depois de ouvido e reconhecido, Di Stefano voltou ao oitavo Batalhão de Polícia Militar, onde está preso.

O PM não negou, porém, sua amizade com José Cordeiro, o Zé Florzinha, 58 anos, proprietário de 5 alqueires da Fazenda Campos Novos, sobre quem recaíram as primeiras suspeitas de ser o mandante do crime. A fazenda recentemente foi desapropriada na Justiça em ação movida por posseiros, e Lan tinha em mãos um dossiê completo sobre a questão de disputa de terras na região, que seria entregue ao Ministro da Reforma Agrária.

Sobre o fato de Di Stefano estar de serviço no presídio, no dia da morte de Lan, como alegou, o delegado Luz acredita ser fácil derrubar o álibi. "O crime ocorreu às 6 horas 45m e o acusado disse ter entrado às 7 horas no trabalho. Mas todos sabemos que ele poderia ter chegado 1 ou 2 horas depois no quartel, e os seus companheiros não o denunciariam no atraso, até porque desconheciam o motivo", disse o delegado.

No final da tarde, o delegado recebeu telefonema do comandante do oitavo Batalhão de Polícia Militar, Coronel Eduardo Ribeiro, que informou sobre a dispensa pedida por Di Stefano, no dia do crime. O PM licenciou-se do quartel por volta de 11 horas 30min, argumentando que um parente havia morrido no Rio de Janeiro. (O Dia-21/6/88)

## Mexeram numa casa de marimbondos

Matar Sebastião Lan, o líder dos trabalhadores rurais de Cabo Frio, foi como mexer numa casa de marimbondos. Essa convicção é dos policiais que apuram o crime, pois no leque das investigações virão outros casos de assassinato, roubo e venda sem fiscalização de gado, além de uma série de outras irregularidades. "Certamente a decisão de executar Lan foi evitar que ele levasse ao conhecimento das autoridades muita coisa, além de simples posse das terras em litígio na Região dos Lagos".

"Foi exatamente por isso que sumiram com a pasta que

ele levava no momento do crime, no dia 6 último. Ali estava um retrato sem retoque de todos os conflitos da Região Rural, de São Pedro da Aldeia a Macaé: Com muita gente morrendo no caminho dos poderosos grileiros e fazendeiros", comentou um policial e continuou: "Lan começou suas apurações particulares em 1985, e já em 1986 tinha um verdadeiro dossiê sobre a situação, revoltado com a morte de um menino em São Pedro da Aldeia. Esse material escrito ele repassaria na semana seguinte a sua morte para as autoridades do Ministério da Reforma Agrária, e até mesmo a Presidência

da República, o que não teve tempo de fazer. O que seus matadores não contavam, entretanto, é que aquele homem com jeito e sotaque de roceiro, se assassinado, provocaria tanta confusão". Apesar de homem simples, Lan tinha prestígio de todo o Estado do Rio de Janeiro, e seu assassinato despertou a união dos camponeses, lideranças de todos os segmentos. Exigiu-se a apuração do crime, e então a Secretaria de Polícia Civil designou o delegado Hélio Luz e quatro detetives para investigarem com cuidado o fato, agindo com ordens diretas do secretário Hélio Saboya. (O Dia-21/6/88)

## Policiais descobrem no sul mão de obra escrava

Uma operação conjunta da Polícia Federal, Delegacia Regional do Trabalho e Brigada Militar comprovou denúncias de que empreiteiras estão utilizando mão-de-obra escrava para corte em preparo de madeira para as empresas Tanac e Riocell. A partir de uma denúncia do Deputado estadual José Fortunati (PT), foram localizadas 38 famílias que trabalhavam para o empreiteiro Assis Ferreira na Fazenda Santa Bárbara, na cidade de Camaquã (Rio Grande do Sul), de propriedade da Tanac, que já divulgou nota eximindo-se de qualquer responsabilidade.

A Polícia Federal apreendeu armas em poder de Ferreira, enquanto a DRT autuou o empreiteiro por irregularidades trabalhistas. Em outra fazenda, a Ouro Verde, não foi possível autuar o empreiteiro, pois ele fugiu com empregados em um ônibus.

Os trabalhadores eram contratados com promessa de salários de CZ\$ 50 mil mensais, mas na verdade recebiam CZ\$ 150 por metro cúbico de lenha cortada. Para realizar esta tarefa em um dia, eram necessárias de três a quatro pessoas e, além disso, a folha das acácias cortadas tinha que ser descascada. A casca destinava-se a Tanac - para produzir tanino - e a madeira ia para a Riocell, para aproveitamento da celulose.

Vivendo em casebres miseráveis no meio do mató, os trabalhadores foram obrigados a comprar a comida fornecida pelo empreiteiro.

- Uma compra de alimentos de CZ\$ 1 mil em qualquer supermercado custava ali CZ\$ 10 mil - denunciou um trabalhador que pediu pa-

ra não ser identificado, acrescentando que estava sempre devendo para o empreiteiro e não podia sair dali enquanto não pagasse tudo.

Ao chegar de surpresa na fazenda por volta das 10 horas, os policiais e fiscais logo correram para o mato para encontrar os trabalhadores. Eles foram reunidos e o empreiteiro interrogado. Queixando-se de que havia sido enganado, Assis Ferreira disse que não tinha lucro, embora usasse um automóvel Santana modelo 1988, confessando ainda possuir uma camionete C-14. Além de ser autuado pela DRT, que na próxima semana irá novamente ao local para novas averiguações, Ferreira poderá ser processado pela Polícia Federal por aliciamento de trabalhadores.

No final da tarde, a Tanago, subsidiária da Tanac, divulgou nota assinada pelo seu Diretor-Superintendente, João Carlos Mantuefel, negando qualquer responsabilidade no caso.

A Polícia Federal recolheu uma pistola calibre 7.65, um revólver calibre 38 e duas espingardas de propriedade de Assis Ferreira. Os demais acampamentos de corte de árvores localizados na região também serão investigados nos próximos dias, pois há denúncia de que mais de cem famílias são mantidas nas mesmas condições das que viviam na Fazenda Santa Bárbara. Os fiscais da DRT não revelaram as sanções que serão aplicadas ao empreiteiro pelas irregularidades já descobertas: exploração de mulheres e crianças em tarefas perigosas, falta de assinatura nas carteiras de trabalho e atraso no pagamento dos salários.

## Agricultor leva burro para pressionar deputados

Uma comitiva formada por três agricultores e um burro saiu no dia 17 de Piraju (São Paulo). Eles vão protestar, diante do Congresso Constituinte, até que seja votada a emenda que prevê a anistia da correção monetária nos empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado.

O burro, batizado com o nome Cruzado, foi comprado pelo agricultor em novembro de 1986. Segundo ele, na época foi preciso financiar CZ\$ 37 mil para a compra do animal, que

substituiu por um custo menor os trabalhos de um trator na lavoura.

Hoje o agricultor deve CZ\$ 1 milhão ao Banespa. Ele interrompeu o pagamento da dívida em março de 1987, porque os juros e a correção monetária deixaram sua dívida "num valor impagável".

Segundo ele, hoje seria preciso vender o sítio que possui em Piraju, de oito hectares, para pagar pelo burro. (ESP-16 06 88)

# Sindicalista rural é assassinado em Xapuri

Mais um crime foi cometido contra um trabalhador rural de Xapuri, estado do Acre. Sábado, dia 18 de junho, Ivair Higino de Almeida foi vítima de uma emboscada, tendo sido assassinado com oito tiros, às 5,00h da manhã, quando saía de sua casa.

Ivair era um membro ativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, cujo presidente é Chico Mendes, e atuava numa Comunidade Eclesial de Base. Atualmente era candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

O assassinato deste trabalhador é mais um ato de violência que vem sendo praticado nesse município. No dia 26 de maio último, 400 seringueiros que ocupavam pacificamente a sede do IBDF em Xapuri (em protesto contra um desmatamento que vinha sendo realizado no Seringal Equador com licença do IBDF, contrariando,

porém o Código Florestal) foram atacados a tiros por um grupo de pistoleiros, à 1.30h da madrugada. Neste atentado, dois seringueiros foram baleados e saíram gravemente feridos. Embora o quartel da Polícia Militar fique a 30 metros do local do acontecimento, no momento do ocorrido não havia ninguém de guarda e nenhum policial interviu durante os disparos ou saiu em perseguição aos criminosos.

O movimento pacífico de resistência dos seringueiros contra os desmatamentos vem sendo motivo de preocupação por parte da UDR que procura eliminar suas lideranças, principalmente Chico Mendes. Este líder que já recebeu dois prêmios internacionais, em reconhecimento à sua luta pela defesa do meio-ambiente, aqui no Brasil tem sua vida constantemente ameaçada.

É preciso que se reflita que hoje, os seringueiros no Acre se

mobilizam e se organizam para defender o cumprimento da lei, isto é, para que as castanheiras e seringueiras das quais necessitam para garantir a sua sobrevivência não sejam derrubadas ou destruídas pelo fogo.

O assassinato de Ivair representa, na verdade, uma política de intimidação e terrorismo que vem sendo praticada pelos fazendeiros da região, na tentativa de desmobilizar o movimento dos trabalhadores rurais de Xapuri. Nesse sentido, mais do que nunca é hora de apoiarmos as provas da floresta - seringueiros e indígenas - que lutam pela criação de áreas de Reservas Extrativistas que se apresentam como um modelo de exploração econômica alternativo, compatível, ao mesmo tempo, com a preservação do meio-ambiente e a manutenção do homem no campo. (Comitê de Apoio aos Povos da Floresta.)

---

## Produtor protesta contra importação de batatas

Produtores rurais de nove dos 22 municípios da região Sul protestaram dia 10, na cidade da Lapa, Paraná, contra a importação de 30 mil toneladas de batata da Argentina, prevista no acordo comercial firmado entre dois países, há dois anos. Cerca de 150 pessoas participaram da concentração, que contava com veículos carregados de batata, faixas e cartazes com destaque sobre a dívida assumida pelos

produtores no cultivo do produto. O protesto resultou também na aprovação de um documento que será entregue aos ministros da Fazenda e da Agricultura sobre a "desnecessária" importação do produto. Os produtores rurais querem a suspensão da importação da batata, e alegam ser suficiente a produção estadual para o abastecimento do mercado interno e de Estados como Rio de Janeiro e São Paulo. (FSP-11/06/88)

---